

ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

Reforma tributária aprovada

No apagar das luzes da última sexta-feira (15), em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados deu novo aval à reforma tributária, que unifica cinco tributos sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema IVA (Imposto sobre Valor Agregado). A proposta fica agora a um passo da promulgação. O texto da PEC foi aprovado em primeiro turno por 371 votos a 121. Foi uma larga vantagem em relação aos 308 votos necessários para uma alteração constitucional, mas inferior ao placar de 382 a 118 observado na primeira votação na Câmara, em julho. Cerca de quatro horas depois, o texto-base foi aprovado em segundo turno pelo plenário, por 365 votos a 118. Há ainda previsão de destaques, que podem resultar em alterações no conteúdo da proposta. Segundo o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a reforma seguirá para a promulgação pelo Congresso Nacional. A promulgação, no entanto, será o primeiro passo de um longo percurso até a implementação efetiva do novo sistema tributário, que começará em 2026 e será concluída no início de 2033. O Executivo terá até 180 dias a partir da promulgação para enviar os projetos de lei complementar que regulamentarão a reforma. O Governo trabalha com o envio de três a quatro propostas para definir regras e alíquotas dos novos tributos, os regimes específicos de setores que ficarão fora do alcance do IVA, entre outros temas.

Repercussão

Entidades da indústria brasileira destacaram os efeitos positivos da reforma tributária para o setor. A CNI disse que o novo sistema tributário é uma grande conquista para o País e era aguardada há mais de 30 anos. Para a Fiesp, o País passará a ter um sistema tributário mais moderno, transparente e alinhado às melhores práticas internacionais, simplificando a vida de quem gera emprego e renda no Brasil. Para a Firjan, a reforma tributária é um marco histórico para o País.

Repercussão II

Nem tudo são flores. Para a Fedecomm-SP, a reforma trará incertezas já a partir de 2024, e aponta que, apesar de aprovada, ainda não está pronta, pois não oferece garantias de que será possível atingir o principal objetivo de uma reforma tributária almejada há pelo menos três décadas: a simplificação da estrutura arrecadatória brasileira. A entidade vê como consequência um aumento imediato da judicialização, com a maior insegurança jurídica sobre procedimentos tributários.

Apos mais de 40 anos, Brasil terá nova tributação; veja o que muda

A reforma aprovada prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA dual

Em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados aprovou por 371 votos a 121, o novo texto da reforma tributária. A medida, tomada após mais de 40 anos, unifica cinco tributos sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Agora, o texto segue para promulgação. Foram mais do que os 308 votos necessários para uma alteração constitucional. Segundo o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a proposta seguirá para a promulgação pelo Congresso Nacional após a votação em segundo turno na Câmara.



Enquanto isso, o comércio varejista presencial e online se prepara para receber os consumidores

A implementação efetiva do novo sistema tributário, no entanto, vai demorar um pouco, pois só começará a vigor a partir de 2026, sendo concluída no início de 2033. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá até 180 dias a partir da promulgação para enviar os projetos de lei complementar que regulamentarão a reforma. O governo trabalha com o envio de três a quatro propostas para definir regras e alíquotas dos novos tributos, os regimes específicos de setores que ficarão fora do alcance do IVA, entre outros temas.

A proposta também representa uma vitória para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deu apoio decisivo à PEC. Desde o início do ano, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) colocou a reforma como um dos pilares de sua agenda. O ministro criou uma secretaria extraordinária voltada ao tema, comandada por Bernard Appy, formulador técnico da versão

inicial da PEC 45, uma das bases para a reforma aprovada. O secretário acompanhou a sessão direta do plenário da Câmara, repetindo o ritual das votações anteriores.

Além do aspecto político, Haddad precisou negociar concessões e abrir os cofres da União. O governo aceitou injetar recursos em um fundo para bancar novos incentivos regionais, que alcançarão R\$ 60 bilhões a partir de 2043. A resistência em dar essa compensação aos estados era um obstáculo histórico ao avanço da reforma, embora o valor definido gere preocupações sobre seu impacto na sustentabilidade fiscal do país. Para o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, a reforma tributária poderá fazer a economia brasileira crescer 12% em cerca de 15 anos. "Essa é uma reforma que pode fazer, em 15 anos, o PIB brasileiro crescer 12%. Ela traz eficiência econômica

e ajuda enormemente na economia", destacou.

Principais mudanças

A reforma aprovada prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA dual. Uma parcela da alíquota está administrada pelo governo federal por meio da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e a outra, por estados e municípios pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Além disso, será criado um Imposto Seletivo sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde (como cigarros e bebidas alcoólicas) ou ao ambiente, à exceção dos produzidos na Zona Franca de Manaus. A implementação dos novos tributos começará em 2026, com uma alíquota de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS. Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas para a entrada em vi-

gor do imposto Seletivo, com exceção dos bens produzidos na Zona Franca. A migração dos impostos estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual, dada a necessidade de dar segurança jurídica a benefícios já concedidos sob o atual sistema. Por isso, ICMS e ISS serão totalmente extintos apenas em 2033.

"O imposto seletivo está muito simples, sem maiores detalhes, só fala sobre os produtos prejudiciais à saúde, o que gera muitas dúvidas, pois a definição de quais produtos serão esses se dará por meio de lei complementar posteriormente. Então, se fala em bebidas alcoólicas, cigarros, entre outros, mas há incertezas. Conforme for o desdobramento, itens básicos do dia a dia poderão ser onerados, o que pode pesar para quem ganhar menos. É essa insegurança, pois o texto é muito simples", disse o diretor de políticas estratégicas e legislativas da Fenacem, Diogo Chamun.

Alterações de horário no comércio no Natal

O comércio de rua no Centro de Fortaleza vai funcionar todos os domingos até o dia 24 de dezembro, informa a CDL de Fortaleza. A partir do dia 20, durante a semana, as lojas vão estender o horário até as 19h. Já os shopping abrirão das 9h às 23h, entre os dias 20 e 23. Para a entidade, essa é uma grande oportunidade para o consumidor fazer suas compras nos horários estendidos. Nos dias 24 e 31, as lojas de shoppings abrem das 9h às 18h. No Centro, nos dias 24 e 31, as lojas funcionam até as 14 horas.

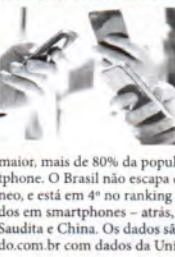
Usina barrada

A Anatel emitiu novo parecer contrário à instalação de uma usina de dessalinização de água na Praia do Futuro, reforçando pleito do setor de telecomunicações contra o projeto. O novo parecer considera alterações no projeto feitas pela Cagede após a primeira negativa. Ainda assim, diz a Anatel, as obras "podem provocar perturbações do leito marinho com reflexos na área atualmente ocupada por cabos de telecomunicações".

Usina barrada II

Com investimentos previstos em R\$ 526 milhões, a usina começou a ser projetada em 2017 mas se tornou alvo do setor de telecomunicações neste ano. As teses dizem que as obras e a futura operação da usina trazem risco à integridade dos cabos e a operação da usina limita a classificação de segurança dos data centers do local. A primeira tentativa de aprovar a obra parou na SPU (Secretaria do Patrimônio da União), em janeiro.

Smartphones: Brasil é o 4.º maior país vendido



Mais de metade de toda população do planeta já possui um smartphone. Nos países desenvolvidos, a taxa é ainda maior, mais de 80% da população já possui um smartphone. O Brasil não escapa deste problema contemporâneo, e está em 4.º no ranking dos países com mais vendidos em smartphones — atrás, apenas, de Malásia, Arábia Saudita e China. Os dados são da plataforma CupomValido.com.br com dados da Universidade McGill.

ANETEL - UNIBR INDUSTRIAL... (Small text containing various notices and advertisements)

CAMILLA GERON... (Small text containing various notices and advertisements)

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotabras@gmail.com



*Colunas redigidas pelo jornalista Numaio Almeida